1º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRIBUSINESS
PLANO ESTRATÉGICO 2002/2010

CACIFE PARA CRESCER

Desenvolver o agronegócio para ampliar a renda e as oportunidades para os brasileiros é a tarefa desta década

IVAN WEDEKIN*

A década de 1990 confirmou a competitividade do agribusiness brasileiro. Mesmo com as perdas e danos provocados pelos diversos planos econômicos, o setor produtivo – e a agropecuária em particular – reafirmou a vocação de crescimento com eficiência.

O aumento da produção fez crises históricas de abastecimento de alimentos ficarem para trás, na poeira do passado. O consumidor tem muito mais oportunidade de escolha – de construir uma dieta variada, mais barata e com alimentos de qualidade.

A tecnologia continua avançando e modernizando o campo. O uso de fertilizantes praticamente dobrou nos últimos 10 anos. A genética animal e vegetal jamais incorporou tanta produtividade e ainda traz consigo um leque de alternativas biotecnológicas. O plantio direto é exemplo mundial de modificação no processo produtivo: economiza insumos, reduz a necessidade de máquinas e protege o solo e o meio ambiente.

No teste do mercado global, o agronegócio se consolida como o maior gerador de saldo comercial no Brasil, pela competitividade em custos e qualidade de produtos, apesar do protecionismo internacional, apesar da timidez do marketing. O agribusiness brasileiro tem porte e escala: um negócio de US$118 bilhões em 2000, representando 19,8% do Produto Interno Bruto.

Mais grãos

As projeções de oferta e demanda dos principais produtos do agronegócio brasileiro foram baseadas em dois cenários: o Cenário de Manutenção e o Cenário Meta Brasil (*tabela 1*).

1. Pressupostos macroeconômicos: variação % em dois cenários

Variáveis	Manutenção Var. %	Meta Brasil Var. %
PIB Brasil	2,5	4,0
Juros real	0,0	-1,0
Câmbio real	0,0	-0,5
PIB mundial	3,5	4,0
População brasileira	1,5	1,3
População mundial	1,3	1,3

Fontes dos dados básicos: Conab e Secex.
Projeção: Equipe técnica do I Congresso de Agribusiness.

O Cenário Meta Brasil é o que o I Congresso Brasileiro de Agribusiness recomenda para a sociedade brasileira no campo do agronegócio, com metas desafiadoras, mas tecnicamente realistas.

Projeta uma produção de grãos de 142 milhões de toneladas em 2010, com crescimento de 4,1% ao ano sobre a produção de 2001 (98,4 milhões de toneladas). O consumo interno chegaria a 118 milhões de toneladas, crescendo 3,3% ao ano. As exportações de grãos saltariam para 30,4 milhões de toneladas em 2010 e as importações ficariam em 11,8 milhões de toneladas (principalmente de trigo, com 8,5 milhões de toneladas). Nessa perspectiva, o saldo na balança de grãos seria de 18,6 milhões de toneladas, com expansão de 5,1% ao ano (*tabela 2*).

No Cenário de Manutenção a produção de grãos seria de 133 milhões de toneladas, com crescimento anual de

3,3%. O consumo interno de grãos alcançaria 112 milhões de toneladas, com taxa de crescimento anual de 2,7%. O saldo no comércio de grãos seria de 15,9 milhões de toneladas.

No Cenário Meta Brasil a soja é o produto com maior crescimento (5% ao ano), chegando a 59 milhões de toneladas, mesmo nível de produção esperada para o milho. A soja continuará sendo puxada pela exportação e, ao lado do milho, receberá os ventos favoráveis da vigorosa demanda de carnes. A despeito de manter a importação de aproximadamente 2,5% do consumo, no horizonte 2010 o Brasil será exportador líquido de milho, devendo ocupar 8% do mercado mundial, dominado pelos EUA.

O algodão crescerá ao ritmo de 3,8% ao ano, viabilizando uma produção de 1,3 milhão de toneladas de pluma em 2010. O Brasil será exportador líquido (exportação menos importação) de 151 mil toneladas de pluma.

O trigo permanecerá como produto de importação e terá uma produção de 4,1 milhões (2,8% a.a.). O trigo importado atenderá em 2010 cerca de 68% do consumo, revelando ligeira melhora na posição brasileira em relação aos 75% atuais. A produção de arroz está estimada em 12,3 milhões de toneladas em 2010 (aumento de 2,1% a.a.). A produção de feijão crescerá 2,4% a.a., chegando a 3,2 milhões de toneladas. São produtos de mercado interno e de menor elasticidade-renda da demanda, o que explica a menor expansão da produção.

Maior produção animal

O Brasil reforçará ainda mais a sua presença no mundo global das carnes. O Cenário Meta Brasil projeta uma produção total de 22,4 milhões de toneladas de carnes de aves, bovinos e suínos, em 2010, ante 15,7 milhões de toneladas em 2001, com taxa de 4% ao ano (*tabela 3*).

A produção de carne de frango se igualará à de carne bovina, ambas chegando ao patamar de 9,5 milhões de toneladas em 2010. A carne suína chegará a 3,3 milhões de toneladas, com aumento de 48% em nove anos, puxada pela redução de custos na cadeia produtiva e pelo crescimento da exportação, prevista em cerca de 380 mil toneladas em 2010. Nesse ano, a exportação de carne de frango beirará 2 milhões de toneladas, com expansão anual de 5%.

O consumo mundial de carne bovina caiu 0,5% ao ano na década de 1990. Apesar disso, a força competitiva brasileira permitirá a exportação de 1,3 milhão de toneladas em 2010, com taxas anuais de crescimento de 4,8% no Cenário Meta Brasil. O aumento previsto no consumo interno também é importante – 3,5% ao ano.

No caso do leite, as perspectivas são positivas: a demanda interna crescerá entre 2,7% e 3% ao ano, mas em razão da diminuição da importação a produção aumentará, superando 28 bilhões de litros em 2010. Mas as mudanças no interior do sistema produtivo leiteiro serão mais fortes do que a evolução da demanda, implicando reestruturação acelerada para viabilizar a melhoria da rentabilidade através de ganhos de escala e redução dos custos no processo por inteiro.

Doce desempenho

No Cenário Meta Brasil a produção de café atingirá cerca de 49 milhões de sacas (6,3% a.a.), prevendo-se um crescimento importante das exportações para 32 milhões de sacas em 2001, com o Brasil alcançando 30% do mercado mundial.

A pujança da cana-de-açúcar – 413 milhões de toneladas em 2010 – está atrelada à forte posição do Brasil no mercado mundial de açúcar e à expansão do mercado de álcool. O Cenário Meta Brasil considera a revitalização da venda de veículos movidos a álcool (200 mil unidades por ano) e a exportação de 2 bilhões de litros de álcool em 2010 (*tabela 4*). A perspectiva é de que o uso de álcool como combustível amplie-se mundo afora.

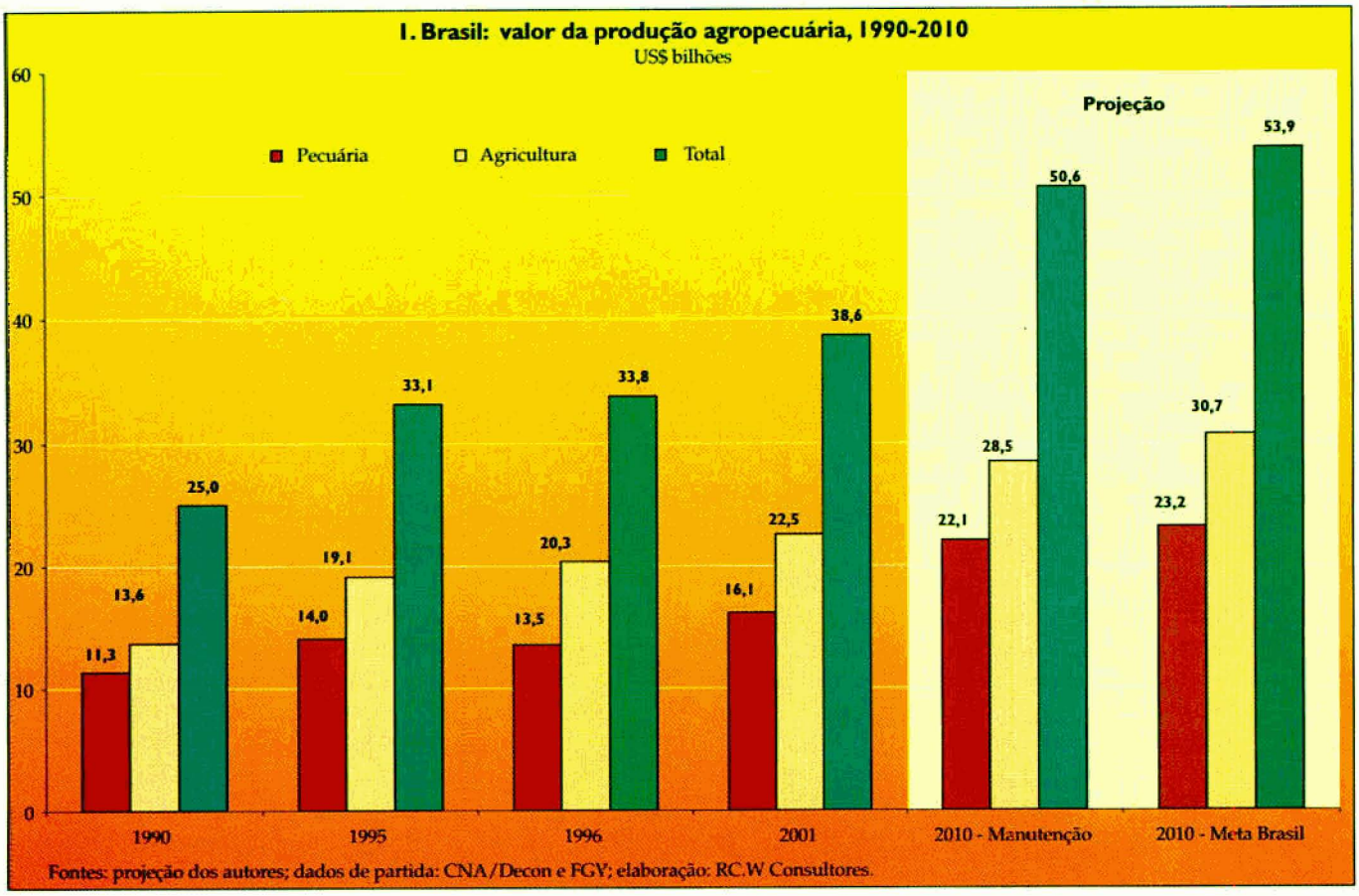
O crescimento da produção de laranja está limitado pela crise de preços vivida recentemente pelos produtores. O balanço entre novos plantios e abandono, os problemas sanitários e o ciclo da lavoura não favorecem a expansão rápida do potencial produtivo. Em 2010, a produção total atingirá 500 milhões de caixas, permitindo o consumo de 180 milhões de caixas de laranja *in natura* e a moagem industrial de 320 milhões de caixas. Nesse patamar, a produção de suco limitaria a exportação a 1,27 milhão de toneladas. O aspecto positivo deste cenário é o ajuste entre oferta e demanda, o que permitirá o aumento da renda da cadeia produtiva e a manutenção de excelente receita cambial ao longo do período projetado. Por sua vez, o crescimento do mercado mundial depende da efetivação da abertura de novos mercados.

A banana e o fumo completam a relação dos 15 principais produtos na formação do valor da produção agropecuária. A produção de banana crescerá 3,4% ao ano caso prevaleça o cenário econômico mais favorável, chegando a 8 milhões em 2010. Nesse ano, a produção de fumo atingirá 700 mil toneladas, com aproximadamente 80% desse montante destinados ao exterior.

Razões para acreditar

Os ganhos econômicos e sociais do agronegócio são muito importantes e devem motivar a adesão da sociedade brasileira ao programa. As projeções indicam que o Brasil continuará não tendo crises no abastecimento de alimentos que fizeram parte de sua história. Mais do que isso, mostram que a demanda alimentar do brasileiro estará plenamente atendida de acordo com as características do mercado de cada produto e com o cenário macroeconômico projetado. Seria ótimo se o país crescesse acima de 4% ao ano, o que induziria à resposta ainda mais positiva do agronegócio para melhorar ainda mais o consumo interno de alimentos.

Fazem parte das recomendações de políticas do I Congresso Brasileiro de Agribusiness um conjunto articulado de medidas para ampliar a rede de proteção social e via-



bilizar o aumento do consumo de alimentos pela camada mais pobre da população.

Quando sobe a renda no campo, os negócios nas cidades ganham força, no interior e nas metrópoles. Alicerçado no agronegócio, o PIB de Sorriso, uma jovem cidade do Mato Grosso, cresceu 32% em 2001. O interior fez num ano o que o Brasil teria gasto uma década para fazer!

Há, portanto, um grande efeito multiplicador do crescimento da renda no campo sobre a indústria e os serviços. A desconcentração no desenvolvimento também está diretamente associada à expansão agropecuária. E o crescimento da renda agropecuária está no horizonte projetado.

Estima-se que o valor da produção agropecuária (VPA) será de US$53,9 bilhões em 2010, sendo US$23,2 bilhões na pecuária e US$30,7 bilhões na agricultura, de acordo com o Cenário Meta Brasil. Dessa forma, o VPA cresceria 3,9% a.a., muito próximo do desempenho esperado para o PIB (4% ao ano). No prognóstico mais conservador, a receita bruta da agropecuária seria de US$50,6 bilhões (*gráfico 1*).

O agronegócio sempre respondeu por parcela importante da exportação e, mais ainda, do saldo comercial brasileiro. Mas hoje a importância é maior: a abertura econômica e a modernização da indústria ampliaram a importação, gerando elevado déficit na balança comercial não-agrícola e agroindustrial. Na perspectiva 2010, o Brasil poderá continuar contando com um agronegócio ainda mais competitivo no cenário mundial.

As estimativas do comércio exterior do agronegócio em 2010 são preliminares e têm um sentido principalmente indicativo. Dos 15 produtos analisados, foram considerados 11 complexos exportadores e seu desempenho extrapolado para os demais. O cálculo da receita foi feito com base nas quantidades projetadas pelos cenários e no preço médio das exportações apurado pela Secex em 2001 e 2002, exceto no caso da laranja. As indicações apontam que:

- as exportações do agribusiness deverão crescer 4,3%, partindo de US$24,1 bilhões em 2001 e chegando a US$34,8 bilhões em 2010 (*tabela 5*).
- as importações chegarão a US$5,5 bilhões em 2010, ante os US$4,9 bilhões em 2001, crescendo apenas 1,5% ao ano.
- o saldo comercial do agronegócio será notável, subindo de US$19,3 bilhões em 2001 para US$29,2 bilhões em 2010, crescendo 4,9% ao ano.

A realização do desafio nacional proposto pelo I Congresso Brasileiro de Agribusiness resultará em progresso na condição social no campo. A renda *per capita* rural corresponde atualmente a 45% da urbana.

A agricultura brasileira continuará lastreando seu crescimento nos ganhos de produtividade dos fatores de produção, gerando uma demanda menor pelo fator trabalho. Em contrapartida, a continuidade da urbanização brasileira é fenômeno inexorável. No período 1996-2001, a

população rural decresceu à taxa anual de 1,6%, enquanto a população urbana aumentou 2,1% ao ano.

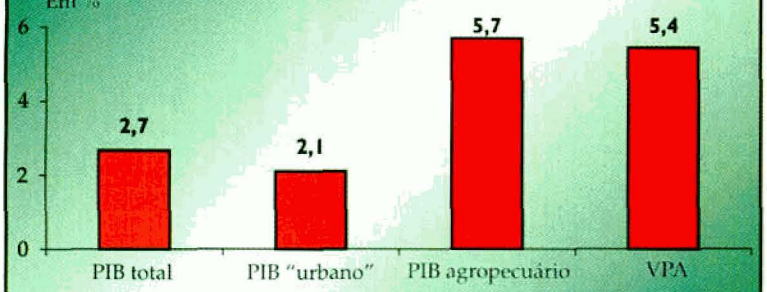
Na hipótese de continuidade do movimento populacional recente para o período até 2010 conclui-se que:

- em termos *per capita*, a produção e o valor da produção agropecuária crescerão acima da média do PIB nacional e do PIB do setor urbano (o PIB não-agropecuário).

A renda rural *per capita* aumentará a uma taxa anual de 5,7%, ante 2,7% do PIB *per capita* e 2,1% do PIB 'urbano' *per capita* (*gráfico* 2).

- As estimativas indicam uma clara redistribuição setorial de renda em favor do campo, contribuindo para reduzir as desigualdades entre os setores agrícolas e não-agrícolas e entre os meios rural e urbano. Esse efeito será mais positivo se for desconcentrado entre os residentes no campo. Com esse objetivo, o I Congresso Brasileiro de Agribusiness sugere caminhos para a maior inclusão econômica da parcela dos produtores que ainda está pouco integrada ao mercado e outras medidas na direção da construção da cidadania e da inclusão social, especialmente para a produção familiar.

2. Brasil: taxas de crescimento anual do PIB e do valor da produção agropecuária (VPA) *per capita*, 1990-2010



Fontes: projeção dos autores; dados de partida: CNA/Decon e IBGE; elaboração: RC.W Consultores.

Políticas para a expansão

No mundo ensolarado da competição, a maior contribuição econômica e social do agribusiness não decorre de voluntarismo, e sim de políticas e iniciativas. Competitividade se escreve com 10 cês. A seguir, o leitor encontrará uma síntese das principais recomendações de políticas, medidas e ações – muitas delas inéditas – para o alcance dos objetivos e metas do agronegócio até 2010.

Capital: crédito, financiamento e seguro

Objetivo: aumentar a oferta de capitais para investimento e financiamento do capital de giro das atividades do agronegócio e aumentar a cobertura dos riscos através do seguro rural e redução dos riscos percebidos por financiadores através de sistemas de informação sobre o produtor.

- *Juros* – redução da taxa básica de juros do crédito rural a 5% ao ano, nível próximo ao praticado nos principais concorrentes internacionais;
- Criação de fundos de investimento no agronegócio (FIAs), à semelhança dos fundos de investimento imobiliário.
- Certificação do desempenho do produtor (CDP), sistema de informação de crédito, de apuração privada, com conferência por órgão de representação do agricultor e supervisão do Ministério da Agricultura, para reduzir o custo associado aos erros de percepção do financiador sobre as condições técnicas, comerciais e financeiras de um produtor. A certificação daria aos avaliados uma condição especial de acesso a crédito, através de uma escala de pontuação, qualificada por verificação *in loco*. A CDP, além de facilitar financiadores e financiados, ajudaria a criar padrões de acesso e excelência, democratizando a informação e ampliando a base de crédito.
- *Seguro rural* – alocação de verba para um fundo de compensação no orçamento da União, de forma a ampliar o mercado de resseguros para arcar com o risco sistêmico da agropecuária. Combinados, a certificação do desempenho do produtor e o seguro rural reduzirão o risco e a taxa de juros para os produtores.
- Programa de reconversão da base produtiva das pequenas propriedades – associado à revitalização do Pronaf, contempla financiamento de longo prazo (até 20 anos) para modificar a estrutura de produção e obter ganhos de escala nas propriedades e regiões que estão sendo progressivamente alijadas do mercado.

Condução ao mercado: infra-estrutura e logística

Objetivo: Ampliar a infra-estrutura econômica e social posta à disposição das cadeias produtivas do agribusiness para redução dos custos do processo por inteiro.

- *Transporte* – além do investimento do setor público, recomendam-se operações de financiamento (*project finance*) de projetos considerados de boa rentabilidade privada que dependam apenas de legislação que configure o isolamento financeiro dos fluxos de receitas esperadas, através de títulos de participação em receitas (TPRs). Quando o projeto apresentar diferença entre taxas privada e social de retorno, o poder público pode analisar a viabilidade de suprir essa diferença por alguns mecanismos de compensação ou opções extras, que passem a viabilizar o negócio.
- *Modernização e redução dos custos portuários* – através de programas de privatização, modernização e desregulamentação das atividades portuárias.
- *Armazenagem* – fortalecimento da armazenagem nas propriedades rurais e cidades de apoio do campo, com crédito de longo prazo para investimento, principalmente através de grupos de produtores ou associações; criação de um sistema de informação específico, à se-

2. Brasil, grãos: produção, consumo interno, exportação e importação em dois cenários

Produto	2001	2005		2010		Var. anual 2001-10 (%)	
		Cenário Manutenção	Meta Brasil	Cenário Manutenção	Meta Brasil	Cenário Manutenção	Meta Brasil
PRODUÇÃO DE GRÃOS							
Milho	41.439	45.904	47.588	54.571	59.099	3,1	4,0
Soja	37.683	44.697	45.856	55.339	58.626	4,4	5,0
Arroz	10.185	10.923	11.064	11.920	12.271	1,8	2,1
Trigo	3.194	3.458	3.565	3.818	4.090	2,0	2,8
Feijão	2.591	2.813	2.852	3.117	3.215	2,1	2,4
Algodão	1.522	1.705	1.767	1.965	2.129	2,9	3,8
Outros	1.869	2.104	2.128	2.443	2.496	3,0	3,3
Total	98.483	111.604	114.820	133.173	141.926	3,4	4,1
CONSUMO INTERNO DE GRÃOS							
Milho	36.435	41.121	42.265	48.145	50.964	3,1	3,8
Soja	23.630	26.980	27.580	31.843	33.459	3,4	3,9
Arroz	11.700	12.117	12.261	12.659	13.001	0,9	1,2
Trigo	10.100	10.890	11.149	11.964	12.614	1,9	2,5
Feijão	2.800	2.984	3.025	3.230	3.332	1,6	2,0
Algodão	1.394	1.569	1.594	1.819	1.884	3,0	3,4
Outros	1.869	2.104	2.128	2.443	2.496	3,0	3,3
Total	87.928	97.764	100.002	112.103	117.750	2,7	3,3
EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE GRÃOS							
Exportação							
Milho	5.629	3.336	3.942	4.852	6.469	-1,6	1,6
Soja	15.675	18.337	18.908	22.310	23.903	4,0	4,8
Total	21.304	21.673	22.850	27.162	30.372	2,7	4,0
Importação							
Milho	625	836	858	1.204	1.274	7,6	8,2
Soja	700	799	817	943	991	3,4	3,9
Arroz	975	934	946	886	910	-1,1	-0,8
Trigo	7.014	7.497	7.649	8.147	8.523	1,7	2,2
Feijão	129	122	124	113	117	-1,5	-1,1
Total	9.443	10.188	10.392	11.293	11.815	2,0	2,5
Saldo	11.861	11.485	12.458	15.869	18.557	3,3	5,1

Fontes dos dados básicos: Conab e Secex.

Projeção: Equipe técnica do I Congresso de Agribusiness.

melhança da certificação do desempenho do produtor, e outros mecanismos para diminuir riscos associados à armazenagem.

- *Energia e água* – investimentos para aumentar a oferta de energia, eletrificação e irrigação. A racionalização da distribuição e a cobrança pelo uso da água fazem parte do cenário, mas caberá ao governo cuidar da oferta de água para as regiões que dela necessitam para o seu desenvolvimento. O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco é um exemplo.
- *Equipamentos sociais* – o campo e suas cidades de apoio dependem de oferta adequada dos chamados equipamentos sociais: escolas, postos de saúde, hospitais, sistemas de comunicação, água e esgoto. Este investimento, para ser módico e de alto impacto, deve estar associado aos centros de desenvolvimento local (CDLs).

Comercialização e comércio exterior

Objetivo: ampliar o processamento agrocomercial, através de mecanismos comerciais e financeiros e de negociação internacional para dar maior liquidez, reduzir o risco de

3. Brasil, pecuária: produção, consumo interno e exportação em dois cenários

Produto	2001	2005		2010		Var. anual 2001-10 (%)	
		Cenário Manutenção	Meta Brasil	Cenário Manutenção	Meta Brasil	Cenário Manutenção	Meta Brasil
PRODUÇÃO DE CARNES E LEITE							
Bovina	6.900	7.814	7.963	9.129	9.527	3,2	3,6
Frango	6.564	7.561	7.761	9.022	9.568	3,6	4,3
Suína	2.234	2.555	2.658	3.023	3.303	3,4	4,4
Total	15.698	17.930	18.381	21.174	22.398	3,4	4,0
Leite (milhões de litros)	20.825	23.400	23.675	27.072	27.792	3,0	3,3
CONSUMO INTERNO DE CARNES E LEITE							
Bovina	6.122	6.890	7.025	7.988	8.344	3,0	3,5
Frango	5.315	6.099	6.242	7.244	7.631	3,5	4,1
Suína	1.969	2.260	2.348	2.684	2.926	3,5	4,5
Total	13.406	15.249	15.615	17.916	18.901	3,3	3,9
Leite (milhões de litros)	21.625	24.057	24.339	27.485	28.216	2,7	3,0
EXPORTAÇÃO DE CARNES							
Bovina	858	1.004	1.035	1.221	1.308	4,0	4,8
Frango	1.249	1.461	1.519	1.778	1.938	4,0	5,0
Suína	265	296	310	340	377	2,8	4,0
Total	2.372	2.761	2.863	3.339	3.623	3,9	4,8

Fontes dos dados básicos: Conab e Secex.

Projeção: Equipe técnica do I Congresso de Agribusiness.

4. Brasil: produção, consumo interno e exportação de outros vegetais em dois cenários

Produto	2001	2005		2010		Var. anual 2001-10 (%)	
		Cenário Manutenção	Meta Brasil	Cenário Manutenção	Meta Brasil	Cenário Manutenção	Meta Brasil
PRODUÇÃO DE OUTROS VEGETAIS							
Cana-de-açúcar	294.000	339.000	356.000	380.000	413.000	2,9	3,8
Banana	5.959	6.501	6.812	7.249	8.052	2,2	3,4
Fumo	565	607	621	663	698	1,8	2,4
Laranja (milhões de cx.)	414	439	451	473	501	1,5	2,1
Café (mil sacas)	28.137	33.757	35.962	42.386	48.871	4,7	6,3
CONSUMO INTERNO DE OUTROS VEGETAIS							
Banana	5.959	6.501	6.812	7.249	8.052	2,2	3,4
Fumo	167	167	174	167	183	0,0	1,0
Laranja (milhões de cx.)	147	159	161	175	181	2,0	2,3
Café (mil sacas)	13.600	14.779	15.012	16.397	16.985	2,1	2,5
EXPORTAÇÃO DE OUTROS VEGETAIS							
Fumo	444	482	490	535	554	2,1	2,5
Laranja	2	2	2	2	3	0,0	4,6
Café (mil sacas)	23.374	24.502	26.834	25.989	31.887	1,2	3,5

Fontes dos dados básicos: Conab e Secex.

Projeção: Equipe técnica do I Congresso de Agribusiness.

5. Brasil: balança comercial do agronegócio, 2001 e 2010

Produto	2001 P. Médio (US$/t)	2001 Quant. (mil t)	2001 Valor (US$ milhões)	2010 - Cenário Meta Brasil P. Médio (US$/t)*	2010 Quant. (mil t)	2010 Valor (US$ milhões)	2010 Var. anual (%)
EXPORTAÇÃO							
Soja em grão	173,87	15.675	2.725	173,87	23.903	4.156	4,8
Farelo de soja	183,23	11.271	2.065	183,23	15.382	2.819	3,5
Óleo de soja	298,36	1.651	493	298,36	2.377	709	4,1
Carne bovina	2.006,05	858	1.721	2.006,05	1.308	2.625	4,8
Carne de frango	1.033,92	1.249	1.292	1.033,92	1.938	2.004	5,0
Carne suína	1.400,33	265	371	1.400,33	377	528	4,0
Café**	57,86	23.374	1.352	57,86	31.887	1.845	3,5
Suco de laranja	627,00	1.348	845	1.150,00	1.263	1.452	6,2
Açúcar	203,92	11.168	2.277	203,92	13.347	2.722	2,0
Álcool	360,05	450	162	360,05	2.000	720	18,0
Fumo	2.115,63	444	939	2.115,63	554	1.172	2,5
Subtotal projetado			14.244			20.751	4,3
Outros	-	-	9.619	-	-	14.015	4,3
Total	-	-	23.863	-	-	34.766	4,3
IMPORTAÇÃO							
Milho	99,27	625	62	99,27	1.274	126	8,2
Arroz	139,59	975	136	139,59	910	127	-0,8
Trigo	124,32	7.014	872	124,32	8.523	1.060	2,2
Algodão em pluma	720,42	132	95	720,42	132	95	0,0
Leite	150,71	800	121	150,71	423	64	-6,8
Subtotal projetado			1.286			1.472	
Outros	-	-	3.561			4.077	1,5
Total	-	-	4.847	-	-	5.549	1,5
SALDO	-	-	19.016	-	-	29.217	4,9

Fontes dos dados básicos: Conab e Secex.

Projeção: Equipe técnica do I Congresso de Agribusiness.

*Preços médios de 2000 e 2001, exceto para o suco de laranja.

**Preço em US$/sc e quantidade em sacas.

preço, financiar o produto transacionado e promover vigorosa expansão da exportação do agribusiness.

- *Recursos para a comercialização* – recomenda-se a ampliação dos recursos dos programas governamentais de intervenção *hands free*, como o de prêmio de escoamento de produtos, e leilões de opções, entre outros. O governo deve gerenciar minimamente estoques de produtos agrícolas.
- *Companhias de comercialização* – criação de sociedades de propósito específico (SPEs), para resolver problemas de comercialização e renda nas cadeias produtivas. Muitas vezes os preços agrícolas caem de modo acentuado e não há liquidez suficiente oferecida pelos agentes do mercado (em função da alta taxa de juros) e pelo governo. As companhias de comercialização, de capital privado e de propósito específico teriam por objetivo exclusivo a emissão de certificados, contra estoques de produtos agropecuários, de preferência alfandegados (não sujeitos a cobertura do risco soberano), para entrega futura. Os acionistas da companhia seriam integrantes da cadeia produtiva, investidores qualificados e até o governo, de modo minoritário, e administração especializada e contratada.
- *Mercados futuros* – são de grande relevância para ampliar a liquidez e reduzir o risco de preços para produtores rurais, comerciantes, *tradings* e indústrias de processamento. Para tanto, é preciso resolver os problemas de natureza tributária que obstruem uma expansão mais forte dos mercados futuros agrícolas no Brasil. Devem estar associados ao fortalecimento dos mercados físicos locais.
- *Títulos de produtos* – a recomendação é criar novos mecanismos e certificados representativos de produto,

em adição ao mecanismo das cédulas de produtos rurais, com a participação até mesmo de investidores estrangeiros.

- *Comércio eletrônico* – no horizonte 2010, esta e outras iniciativas certamente levarão a uma redução do custo da transação e à facilitação dos negócios.
- *Sistema de informação* – a qualidade da decisão está diretamente ligada à qualidade da informação processada. A qualidade das estatísticas brasileiras ainda deixa muito a desejar. Não há nenhuma estatística confiável do abate de bovinos e da produção brasileira de carne bovina – um dos maiores negócios do país. A melhoria do sistema de informações brasileiro deve contemplar: *i*) investimento nos levantamentos de safra, inclusive com a expansão do uso de satélites; *ii*) pesquisas detalhadas sobre o consumo interno dos produtos agrícolas e seus derivados; *iii*) análise detalhada sobre a cadeia de custos e de valor dos principais produtos agropecuários e seus derivados; *iv*) tornar disponíveis informações confiáveis para os produtores rurais, que, por seu lado, devem ser mais técnicos e menos intuitivos nas decisões de produção e comercialização.

No C de comércio exterior propõem-se as seguintes providências:

- *Ministério do Comércio Exterior* – propõe-se a sua criação para concentrar o foco e as ações para viabilizar o maior acesso das empresas brasileiras aos mercados internacionais do agronegócio, tendo em vista a complexa agenda da Organização Mundial do Comércio, Alca e Mercosul e as negociações bilaterais, a partir de estratégias por país e por produto. Recomenda-se igualmente a elaboração e implementação com o setor privado de planos de marketing do agronegócio brasileiro com enfoque em redes (*networks*).
- *Alianças internacionais estratégicas* – as empresas, cooperativas e grupos exportadores do Brasil devem fazer alianças estratégicas com organizações de outros países, para viabilizar a entrada em novos mercados e explorar melhor os mercados existentes, a custos mais baixos de *marketing*, vendas e distribuição, como estão fazendo Sadia e Perdigão, por exemplo.
- *Engajamento do setor privado* – é inescapável a decisiva participação do setor privado, através de empresas, associações e lideranças. Muitas vezes o setor privado é mero espectador nas disputas internacionais, mas o que se requer é que ele se transforme em protagonista, como parte mais interessada.

Conhecimento tecnológico e comunicação com o consumidor
Objetivo: ampliar a produção de conhecimento e o uso de tecnologia pelos agentes econômicos das cadeias produtivas do agronegócio, especialmente o produtor rural, e garantir ao consumidor, além de alimentos de qualidade, informações sobre os produtos colocados à sua disposição.

- *Acesso aos fatores de produção modernos* – a modernização da parte atrasada da agricultura depende da existência de crédito e de capital de giro para financiar as compras desses fatores de produção pelos produtores, bem como o estoque de informações técnicas associadas.
- *Investimento em pesquisa e desenvolvimento* – incentivar os investimentos privados, revitalizar alguns institutos de pesquisa e aumentar os recursos alocados à pesquisa pública, associados a programas de avaliação de desempenho e do retorno econômico e social dos projetos financiados pela sociedade.
- *Acesso ao mercado global de tecnologia* – o Brasil não pode se isolar do mercado mundial das tecnologias químicas, mecânicas, eletrônicas e, principalmente, biotecnológicas. Respeitadas as exigências de proteção ao meio ambiente e segurança alimentar, não há por que restringir, como se faz atualmente, a sua utilização, sob pena de acarretar a perda de competitividade em custos. Os progressos esperados no campo da biotecnologia trarão a vantagem adicional de *descomoditizar* o produto agrícola, melhorando suas qualidades intrínsecas (teores dos componentes nutricionais, como óleos, amidos, vitaminas, fibras coloridas etc.), inclusive no campo da chamada nutracêutica.
- *Distribuição do capital tecnológico para os agricultores* – o Brasil detém alto estoque de tecnologias vencedoras no agronegócio, mas a produtividade média ainda é baixa. A distribuição de conhecimento tecnológico é tarefa para os governos, empresas, cooperativas, profissionais das ciências agrárias e produtores, estes reunidos em grupos regionais e associações. Como diz o Prêmio Nobel de Economia Theodore W. Schultz, "é menos difícil adquirir modernas siderurgias e linhas aéreas nacionais do que modernizar a agricultura".
- *Comunicação com o consumidor* – a tecnologia está alterando e criando novos produtos. Exigências de certificação de produto e rastreabilidade significam, em última instância, a necessidade de aumentar o estoque de informações para divulgação ao consumidor, o que exige maior coordenação das cadeias produtivas.

Carga fiscal
Objetivo: desonerar produção, exportação e consumo de alimentos, especialmente da cesta básica do brasileiro, promover ganhos de eficiência na economia, reduzir a informalidade e a competição desleal e melhorar a qualidade dos alimentos.

- *Tributação no consumo* – modificação do sistema tributário brasileiro cobrando impostos no local de consumo ou uso das mercadorias e não no local de origem.
- Redução dos impostos cumulativos como PIS e Cofins, incidentes em cada etapa da comercialização.
- *Desoneração da cesta básica* – a proposta é reduzir radicalmente ou eliminar a imposição de impostos, como ICMS e taxas e contribuições incidentes sobre as mercadorias essenciais da cesta básica. Diversos estudos – a maioria do próprio governo – comprovam os ganhos

econômicos e sociais da desoneração da cesta básica dos trabalhadores.
- Harmonização das políticas fiscais entre os parceiros do Mercosul, principalmente nas cadeias produtivas em que há competição entre os países-membros em terceiros mercados.

Coordenação institucional e de políticas, do setor privado e das ações locais
Objetivo: implementar políticas estáveis e consistentes e ampliar os níveis de responsabilidade e ação conjunta dos setores público e privado; estabelecer relacionamentos permanentes e positivos entre produtores, entre os elos de uma cadeia produtiva e entre cadeias produtivas diferentes; e coordenar ações para o desenvolvimento local.

No lado da coordenação institucional e de políticas é necessário pôr fim à balbúrdia e indefinição e criar instrumentos legais para o fortalecimento do agronegócio brasileiro e a facilitação da realização dos negócios, com regras claras e estáveis, nos seguintes campos:
- *Orçamento da União* – deve retratar formalmente a prioridade através do aumento dos recursos orçamentários destinados ao desenvolvimento dos agronegócios, como nas atividades de pesquisa e desenvolvimento para a adoção de tecnologia; sanidade; disseminação de informações técnicas, comerciais e de mercado.
- *Conselho Nacional de Política Agrícola* – restabelecer a atuação do CNPA como instância adequada em que o Estado e a sociedade se encontram para deliberar sobre questões de interesse dos agentes do agronegócio, do governo, da população e dos trabalhadores rurais. O CNPA deve ter audiência prévia às decisões econômicas do Conselho Monetário Nacional em assuntos que envolvam o agronegócio.
- *Salvaguardas na importação subsidiada* – nas concorrências desleais e importações predatórias de produtos agrícolas e derivados, é fundamental aplicar cláusulas de salvaguardas que inibam a importação com preços subsidiados na origem e em condições de prazos de pagamentos e juros incompatíveis com os oferecidos no mercado interno.
- *Crédito rural e garantia de preços mínimos* – são dois componentes básicos da política agrícola brasileira, que estão com legislação defasada. Em vez de cultuar a frase de que "o modelo de crédito rural está esgotado", substituí-lo por um novo, que atenda as exigências de capital, crédito, financiamento e seguro rural para o agronegócio.
- *Seguro agrícola* – deve ser criada legislação específica. O Fundo de Estabilidade do Seguro Rural não atende às necessidades de um fundo de catástrofes. É fundamental o pagamento parcial do prêmio do seguro rural pelo governo federal, sistemática em vigor em vários países e em fase de implementação em algumas unidades da Federação. O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) é subordinado ao Banco Central, não recebendo investimentos por não se enquadrar no perfil da instituição.
- *Defesa agropecuária* – a legislação vigente é fragmentada; existem muitos gargalos legislativos e há muitas leis antigas (das décadas de 1930 e 1940), ainda em vigor. O objetivo é a implantação do sistema unificado de defesa agropecuária, adequando os serviços de defesa, inspeção e os laboratórios, assegurando a qualidade e a sanidade exigida pelo consumidor nacional e pelo mercado externo.
- *Organismos geneticamente modificados (OGMs) e sementes* – a legislação deve objetivar o acesso do Brasil ao mercado global de tecnologia. Com a Lei de Proteção de Cultivares, de 1997, acelerou-se o progresso na criação de novas variedades, principalmente soja e algodão.
- *Política fundiária* – deve-se rever o Estatuto da Terra, de 1964, hoje totalmente fora de sintonia com a realidade do campo.
- *Meio ambiente* – o Código Florestal brasileiro vem da Lei nº 4.771, de 1965, substancialmente modificada pela Medida Provisória nº 2.166, de 24 de agosto de 2001, que introduziu diversas normas e restrições de preservação ambiental. O assunto permanece pendente no Congresso Nacional, o que não é recomendável.

No Cenário Meta Brasil a soja é o produto com maior crescimento, chegando a 59 milhões de toneladas. O Brasil será exportador líquido de milho, devendo ocupar 8% do mercado mundial.

A coordenação do setor privado envolve esforços de coordenação concentrados em três níveis: entre os produtores; na cadeia produtiva; e no campo da representação do agribusiness.
- *Associativismo e cooperativismo* – são formas de gerar ganhos nas economias de escala e de escopo, mas requerem-se bases modernas de operação e gerenciamento.
- *Redução dos custos do processo* – é fundamental a montagem de fóruns para maior interação dentro de cada cadeia produtiva, para reduzir os custos do processo por inteiro, diminuir conflitos e aumentar a convergência de interesses a longo prazo.
- *Conselho Brasileiro do Agronegócio* – deve-se considerar a hipótese de organização dessa entidade com três objetivos principais: *i*) homogeneizar o discurso do setor privado no relacionamento com o governo e a sociedade; *ii*) elaborar e acompanhar a execução do planejamento estratégico do agronegócio; e *iii*) construir e negociar com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário uma agenda comum para superar questões

que reduzam a lucratividade ou inibam o desenvolvimento do setor (negociações internacionais, legislação, tributação, crédito e outras medidas ou instrumentos de política agrícola).

A coordenação das ações locais envolve:

- *Planos de desenvolvimento local*: a experiência internacional e brasileira mostra que regiões tornam-se vencedoras através de grande liderança de empresas, entidades e pessoas, com capacidade de exercer a coordenação e a liderança conectiva para o desenvolvimento local.

Conservação dos recursos naturais e do meio ambiente

Objetivo: viabilizar o desenvolvimento sustentável, valorizando o meio ambiente, os recursos naturais e o homem, e aproveitar as novas oportunidades de negócios daí decorrentes.

O tema da conservação dos recursos naturais e da proteção do meio ambiente pode ser tratado de dois ângulos:

- o desenvolvimento de mecanismos de *indução* à conservação, o que envolve informação e conhecimento, repressão e incentivo;
- como forma de organização de um novo negócio, como ecoturismo e o mercado de seqüestro de gás carbônico.

Deve-se, portanto, transformar as limitações associadas à conservação em oportunidade. O Brasil tem grandes vantagens comparativas para aproveitar as oportunidades no negócio da proteção ambiental.

Clustering*: interiorização e desenvolvimento local*

Objetivo: desconcentrar o desenvolvimento, através da criação de oportunidades de produção, emprego e geração de renda nas regiões menos densas em termos populacionais, agregar valor à produção das localidades do interior, diminuir a pressão sobre os equipamentos urbanos das metrópoles e ocupar o território brasileiro, preservando os seus recursos naturais.

- *Análise do potencial e da posição competitiva* – a primeira recomendação para o desenvolvimento local é o incentivo ao autoconhecimento, a identificação dos potenciais e a análise da posição competitiva em relação a outras regiões do país e do exterior.
- *Centros de desenvolvimento local* – fortalecimento dos pólos das atividades primárias, industriais e de serviços, especialmente na espinha dorsal agrícola e mineral e no grande anel turístico-ambiental no Norte e Nordeste do país, incluindo investimentos na infra-estrutura física e nos equipamentos sociais.
- *Adensamento das cadeias produtivas regionais* – processamento das matérias-primas no seu local de origem. Com a agroindustrialização, instala-se definitivamente o agribusiness – as cadeias produtivas economicamente mais densas – no interior brasileiro.
- *Formação e expansão dos* agriclusters – representam um estágio mais complexo e sofisticado de adensamento econômico em relação ao agribusiness, com maior relacionamento horizontal e vertical entre os participantes. *Agriclusters* são aglomerados de empresas de determinada cadeia produtiva e seus fornecedores, provedores de insumos e capacitações especializadas, instituições e setores correlatos e de apoio na localidade. O Brasil tem *agriclusters* consolidados, como os da laranja e do açúcar e álcool no estado de São Paulo, fumo e calçados no Rio Grande do Sul, aves e suínos em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. O *agricluster* de carnes de aves e suínos no sudoeste de Goiás é um exemplo de aglomerado em formação (*ver artigo na edição de julho*).
- *Política fundiária* – utilização da estrutura de cooperativas bem-sucedidas para viabilizar assentamentos rurais; "reforma agrária de acomodação" vinculada a programas habitacionais em lotes rurais próximos a cidades; criação do crédito fundiário de longo prazo para a aquisição de terras para o plantio e a fusão de minifúndios; expansão da parceria rural entre proprietários de terra e interessados na produção; tributação progressiva e eficaz sobre a propriedade rural, segundo sua capacidade produtiva e sua eficiência, de modo a estimular a oferta de terras aos que queiram e saibam plantar; e restabelecimento do direito e da segurança no campo.

Cidadania e inclusão social: cesta básica, renda mínima e segurança alimentar

Objetivo: reduzir as desigualdades através da ampliação da rede de proteção social e estimular o crescimento da produção, a geração de empregos e o aumento da eficiência na economia e na alocação dos recursos dos programas sociais.

As políticas e ações recomendadas envolvem um conjunto de princípios, as Sete Chaves da Segurança Alimentar:

- *Princípio primeiro*: o desafio de construir a Família Brasil – manifestação clara da sociedade de que está de fato interessada na construção da Família Brasil, formada por pessoas adequadamente alimentadas e habilitadas a consumir mais e a produzir mais e melhor, em benefício da competitividade global do país.
- *Princípio segundo*: estabilização permanente da economia e avanço nas reformas estruturais – a agenda nacional envolve um conjunto de ações estruturais relacionadas a: combate permanente à inflação e estabilização do valor da moeda; saneamento das finanças públicas; reforma tributária incentivadora da produção e do consumo; redução dos controles econômicos; inserção positiva nos mercados mundiais; racionalização da evolução do processo social, promovendo as reformas necessárias à elevação da produtividade dos recursos alocados nos campos da educação, saúde e previdência.
- *Princípio terceiro*: aumento do poder real de compra dos salários – aumento real do valor do salário mínimo; de-

soneração da cesta básica; incentivo à adoção de programas de qualidade nas empresas para reduzir o preço das mercadorias; e implantação efetiva de programas de participação dos trabalhadores no lucro das empresas.

- *Princípio quarto*: elevação das oportunidades de consumo de alimentos – criação de bônus-alimentação, à semelhança dos *food stamps* dos EUA; ampliação dos programas de merenda escolar; montagem de mecanismos para incorporar mais empresas e trabalhadores ao PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador; execução de programas comunitários para alimentação e nutrição de crianças e nutrizes; disseminação de informação para o consumo correto dos alimentos; e distribuição física, emergencial e transitória, de cestas básicas a pessoas necessitadas e atingidas por calamidades.
- *Princípio quinto*: valorização da produção e da agricultura familiar – instituição de um programa de renda mínima para o produtor familiar efetivamente em atividade, fundamentado em contrapartidas que levem ao aumento da produtividade, associativismo, qualificação profissional e preservação do meio ambiente; financiamento de longo prazo a taxas subsidiadas para inversão de capital de forma a aumentar a escala das operações dos pequenos produtores, através de associações, cooperativas e condomínios rurais; financiamento de capital de giro para compra de insumos; incentivo à formação e aperfeiçoamento técnico e gerencial do produtor e do trabalhador rural e à sua reunião em associações; e implementação de políticas rurais não-agrícolas, tais como o turismo rural, o ecoturismo, proteção da natureza e da paisagem, na perspectiva do desenvolvimento do mercado de preservação ambiental.
- *Princípio sexto*: redução dos custos de comercialização e distribuição de alimentos – criação de mercados municipais e regionais; intervenção *hands free* do governo para reduzir a sazonalidade dos preços agrícolas; fortalecimento da relação direta entre varejistas e produtores; melhoria na infra-estrutura da comercialização em nível municipal; e redução de perdas.
- *Princípio sétimo*: descentralização e eficiência máximas na execução da política de segurança alimentar – recursos orçamentários previamente definidos; execução descentralizada ao máximo, para reduzir o custo administrativo dos programas; transparência e avaliação permanente da relação benefício/custo dos programas; valorização do princípio da eqüidade e criteriosa seleção dos beneficiários; e exigência de contrapartida às instituições executoras e aos beneficiários, evitando-se o mero assistencialismo.

Capital humano: a grande diferença

Objetivo: elevar a qualidade do capital humano para viabilizar o aproveitamento de oportunidades de ascensão social e a construção de empresas e localizações competitivas, através do trabalho produtivo e da liderança.

Com a modernização, o capital humano ganha espaço em relação ao capital físico na estrutura do capital total. Assim, desenvolver as pessoas é um dos imperativos nacionais, sendo recomendável as seguintes iniciativas:

- *Educação formal no campo* – cerca de 80% das pessoas sem nenhuma escolaridade residem no campo, assim como mais da metade das pessoas que estudaram apenas três anos. Programas devem ser dirigidos para adultos e, especialmente, para as crianças, associados às iniciativas para a cidadania e inclusão social.
- *Capacitação profissional* – ampliação e aperfeiçoamento dos programas realizados no agronegócio pelo Senar, Sescoop, Sesi, Senai e outras iniciativas públicas e privadas.
- *Distribuição de informações e oportunidades* – orientação sobre as oportunidades econômicas válidas, as políticas e os incentivos existentes, através de informações, estatísticas e conhecimento que permitam aos produtores rurais e demais integrantes das cadeias produtivas a tomada de decisões ótimas.
- *Fortalecimento da organização* – ações através dos setores público e privado são imprescindíveis para criar uma organização econômica do agronegócio que proporcione mercados viáveis para otimizar a produção agrícola e os retornos à população rural, por seu trabalho e habilidades empresariais.

Desenvolver o agronegócio para ampliar a renda e as oportunidades para os brasileiros é a tarefa da década. Continua válida a expressão feita em 1981, no Brasil, por Theodore W. Schultz, Prêmio Nobel de Economia (1979) por seus trabalhos nas áreas da agricultura e do capital humano:

"No meu entender, se mais da metade dos fundos destinados a aumentar a disponibilidade do capital físico na agricultura se destinasse a estimular as qualificações da população rural, a taxa do desenvolvimento agrícola e do bem-estar da população rural aumentaria substancialmente nas duas próximas décadas, comparativamente às perspectivas que se apresentam sob a atual distribuição de capital".

**Participaram da elaboração dos relatórios técnicos do I Congresso de Agribusiness que serviram de base a este artigo: Ivan Wedekin e Paulo Rabello de Castro (coordenadores); Bruno Leonardo Ravaiani Brum, Regis Alimandro, Waldir de Jesus Lobão, Luiz Antonio Pinazza, Eduardo Pereira Nunes, José Eli da Veiga, Marcos Sawaya Jank, Mauro de Rezende Lopes, Gregory Honczar e Cássia Barbosa Saretta (equipe técnica); Antonio Ambrósio Amaro (IEA), Antonio Jorge de Oliveira (Embrapa), Antonio Roberto Marques Gonçalves (Perdigão), Bruno Blecher, Célio Porto (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Cinara Lopes Moraes (Fesurv), Coriolano Xavier (MCA Marketing e Comunicação), Edson Guiducci Filho (Fesurv), Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso (Famato), Fernando Garagorry (Embrapa), Guilherme Leite da Silva Dias (MB Associados), Joaquim Raimundo de Lima Filho (Embrapa), José Luiz Dal Ponte (Fesurv), José Marcelo de Abreu (Fesurv), Lindomar da Silva Almeida (Fesurv), Marcos Fava Neves (FEA-USP Ribeirão Preto), Marcos Oki, Renato Zandonadi, Ricardo Francischini (Fesurv), Rita de Cássia M. T. Vieira (Embrapa), Secretaria de Administração Estratégica da Embrapa, Ynaiá Masse Bueno (Fesurv) (colaboradores).*